



## **A cor que não apagaram da língua: a colonialidade na fonoaudiologia brasileira**

**Thalia Cristine Novaes de Vasconcelos <sup>1</sup>**

Um corpo negro é atravessado por experiências necropolíticas. Para Mbembe essas experiências seriam: “Formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte e reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror” <sup>2</sup> Baseando-se nesse conceito, podemos afirmar que o Estado, em sua lógica de eliminação, esforça-se para matar esse mesmo corpo negro de diversas formas, apoiado na destituição de humanidade que pressupõe um não ser do outro lado. Não há apenas morte física. Morre-se ainda em vida todos os dias. Partindo desse pressuposto, por que vivenciar a Universidade poderia nos *conferir status de mortos-vivos*<sup>1?</sup>

Habitando a universidade, observo um ambiente cujo corpo docente é majoritariamente branco e, conseqüentemente, reproduz comportamentos racistas que nos distanciam e afetam negativamente a nossa subjetividade. Neste lugar, tive a sorte de encontrar um único professor negro que deu esperanças a uma formação atenta à minha identidade racial. Em um grupo de pesquisa sobre a saúde da população negra, ganhei forças para reafirmar a minha existência onde a mesma era banalizada.

Uma das obviedades constatadas na minha trajetória estudantil assenta-se na rejeição dos corpos negros. Segundo dados do IBGE em 2018, a população negra representa 50,3% das vagas ocupadas em universidades públicas. Essa informação poderia ser comemorada, se não considerássemos a sub-representatividade desse grupo que compõe 55,8% da população brasileira. Além disso, existem os fraudadores de cotas raciais. Uma notícia publicada pelo G1 em 2020 traz inúmeros casos em que jovens brancos foram aprovados fazendo uso desta política pública com justificativas de serem pardos ou terem parentes pardos. Em uma breve visita à FAMEB (Faculdade de Medicina da Bahia) na UFBA (Universidade Federal da Bahia), consigo identificar, mesmo que a olho nu, uma maioria branca. Essa afirmação se estende não apenas a um corpo discente, mas também docente, não apenas na FAMEB, mas em toda universidade.

Se pesquisarmos no google “fonoaudiólogos e fonoaudiólogas” na parte de Imagens, encontramos apenas referências brancas, o que ratifica a crença de que não nos

---

<sup>1</sup> Graduada em Fonoaudiologia pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: thalia.novaes@outlook.com

<sup>2</sup> Cf. MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

querem ocupando o ambiente acadêmico, não nos querem fonoaudiólogos, nos querem submissos, marginalizados. Em uma notícia publicada por *El País* em 2020, consta dados do Atlas da Violência que confirmam o genocídio da população negra: “Em 2018, 75,7% das vítimas de homicídio no Brasil eram negras. No contexto histórico, de 2008 a 2018, o número de homicídios de pessoas negras no país aumentou 11,5%, já entre pessoas não negras caiu 12,9%”. Eles anulam a nossa presença, mas resistimos. Resistimos por um coletivo que ainda hoje é vítima de um Estado genocida que decide quem vive e quem morre mediante o exercício da soberania que pressupõe o controle sobre a mortalidade como uma forma de manifestação de poder.

A morte pode acontecer não apenas fisicamente. Vivenciamos o status de mortos-vivos na universidade, por exemplo, quando somos inundados por estudos centrados na Europa, legitimando o saber ocidental, sustentado em uma percepção racista que invisibiliza os demais saberes oriundos de nossos ancestrais. Com isso, matam-nos culturalmente a partir de um regime de poderio eurocêntrico que governa a construção e propagação do conhecimento produzido no ambiente acadêmico.

Enquanto mulher negra, estudante de fonoaudiologia, questiono-me: onde estão nossos referenciais científicos para além da Europa? Se eu sou graduanda em um curso da área de saúde, por que não estudamos a Saúde da População Negra? Por que nossos corpos só são estudados enquanto cadáveres em aulas de anatomia? Livia Reis, fonoaudióloga, em seu TCC “Contribuições Teóricas Para a Formação nos Temas Raça, Gênero e Saúde nos Cursos de Fonoaudiologia” diz:

Nogueira e Araújo, ao analisar os Projetos Políticos pedagógicos de cursos de graduação em saúde (enfermagem, medicina, fisioterapia, nutrição, psicologia, serviço social, e odontologia) das universidades públicas do estado da Bahia entre o período de 2010 e 2016, observaram que apenas 40% dessas instituições oferecem disciplinas que contemplem os temas Raciais e Saúde da População Negra. E dentre esses 40%, a temática racial aparece como tópico secundário dentro de disciplinas com temas mais amplos, não existindo disciplinas específicas com essa temática nas grades curriculares obrigatórias.<sup>3</sup>

A partir desses dados, podemos inferir que é de suma importância que reflitamos sobre quais conteúdos estão sendo lecionados e como eles poderão estruturar a nossa formação profissional.

A fonoaudiologia surgiu em uma perspectiva racista por meio da atuação de professores especializados que visavam unificar a língua brasileira, eliminando toda a diversidade dos falares provenientes de práticas regionais. O intuito era realizar um controle da língua e uniformizá-la a fim de construir uma identidade nacional. Esse processo era realizado em um contexto escolar, onde o passado, as tradições culturais e a língua eram apagados para que se alcançasse uma padronização. Por meio de um processo de aperfeiçoamento das estratégias de desvios da língua, ou seja, diferenças linguísticas como, por exemplo, sotaques regionais e a gagueira, configurou-se o perfil de

---

<sup>3</sup> Cf. REIS, Livia. *Contribuições Teóricas Para a Formação nos Temas Raça, Gênero e Saúde nos Cursos de Fonoaudiologia*. Orientador: Marcos Vinicius Ribeiro de Araújo. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Fonoaudiologia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

um especialista, culminando na oficialização da fonoaudiologia. Instituída através de relações de atuações médicas e escolares que combatiam os diferentes usos da fala e da escrita da população, tornando possível fixar e sistematizar os “defeitos” da língua e ditar uma forma padrão de comunicação. Descrevendo as falas dos ditos desviantes ou patológicos, foi delineada a língua que se deveria usar, pois almejava-se uma pronúncia sem vícios, sem sonoridade e a musicalidade dos diferentes grupos sociais. Ou seja, a fonoaudiologia originou-se como forma de intervenção social com o objetivo de superar as diferenças linguísticas em nome de uma unidade e do progresso nacional, sendo escolhida uma pronúncia dentre as diversas existentes para que a unificação da língua fosse alcançada. Medidas de normalização e padronização da língua impostas e sustentadas por um discurso moralizador, que imprimiu a segregação e inferiorização dos chamados desviantes.<sup>4</sup>

Entendendo o contexto em que a fonoaudiologia foi instituída, é possível perceber como a língua se configura como “uma marca de dominação e por onde também se dá a figura estruturante do racismo”. As línguas africanas resistem como produto de uma luta contínua contra o epstemicídio e o linguicídio. Para Sueli Carneiro, epstemicídio é a morte dos nossos saberes tradicionais. Logo, o linguicídio seria a morte de uma língua. Este fenômeno é evidente na colonização com a imposição do aprendizado da língua portuguesa como primeira língua pelos indígenas e africanos, visto que foram obrigados a usar a língua do colonizador como estratégia de sobrevivência após o tráfico negreiro e a escravidão, produzindo até mesmo transformações nesta língua.<sup>5</sup>

O linguicídio é legitimado ainda hoje por meio de políticas linguísticas que precarizam a educação pública brasileira destinada majoritariamente à população negra, promovendo o letramento aos brancos e ricos. Gabriel Nascimento nos traz dois exemplos dessas políticas linguísticas:

1. A difusão mocrática de um modelo de livro didático apostilado e descartável desde a ditadura (1964-1985), conforme denunciou Barbara Freitag (1989), serviu para, ao mesmo tempo, precarizar a própria educação brasileira (já que o livro ocuparia a partir daí o lugar de “currículos nas escolas, isentando o Estado de intervir e investir positivamente na formação de professores) e desautorizar o papel do professor (já que o livro passou a ocupar um lugar de verdade superior ao professor).
2. A presença da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional de 1971 incentivou a oferta opcional do ensino de línguas estrangeiras pelos conselhos estaduais na educação regular pública, no mesmo momento em que centros privados de idiomas se expandiam no país.

---

<sup>4</sup> Cf. BERBERIAN, Ana Paula. *Fonoaudiologia e educação: um encontro histórico*. São Paulo: Plexus, 1995.

<sup>5</sup> Cf. NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo Linguístico: Os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

O uso do termo *dialeto* já se configura como prática do epstemicídio pois existem influências da língua africana sobre a formação do Português Brasileiro (PB) que foram inferiorizadas e/ou tidas como erro. É o caso dos dialetos que se distanciam da língua padrão e se aproximam dos grupos sociais desprestigiados e não letrados, visto que o Brasil possui uma grande área rural constituída por espaços de concentração negra, possibilitando o surgimento de marcas africanizadas dentro da própria língua portuguesa no Brasil.

Lélia González ao criar o termo *pretoguês* traz um exemplo dessa marca africanizada no Português brasileiro: “É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença do r no lugar l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente”.<sup>6</sup> Ou seja, ignoramos esta influência da língua africana e, mais do que isso, passamos a considerar erro, desvio. No curso de fonoaudiologia, aprendemos que devemos tratar essas trocas, nomeadas patologicamente como desvio fonológico.

No campo da saúde, quando escrevemos relatórios e queremos transcrever a fala do paciente, utilizamos o termo *sic*, que, em latim, significa “assim como estava escrito”. O uso desse artifício denuncia uma academia preocupada em pontuar os chamados erros gramaticais que ocorrem na fala do paciente, destacando e separando da fala expressa pelo profissional. Esta prática revela um modo de desprestigiar um falar distante da norma culta e não-acadêmico.<sup>7</sup> Estas condutas reafirmam um racismo linguístico que direcionam nossas percepções a um viés eurocêntrico.

O Brasil participou de forma importante da diáspora africana - imigração forçada de indivíduos, promovida pelo regime escravagista que ocorreu do século XVI ao século XIX - e possibilitou a influência do elemento africano na formação do português brasileiro, PB. Embora existam poucos estudos que falem sobre a contribuição dos africanos na constituição da nacionalidade brasileira, é inegável a sua relevância, visto que, além da força de trabalho, eles trouxeram suas culturas e, conseqüentemente, suas línguas.<sup>8</sup>

A África abriga quase um terço das línguas do mundo e suas línguas são agrupadas em 4 troncos linguísticos, segundo a repartição proposta e sistematizada por J. H. Grenberg nos anos de 1950-1963: o nigero-congolês (1495 línguas), o afroasiático (353 línguas), nilossaariano (197 línguas) e o coissan (22 línguas).<sup>9</sup> Algumas dessas línguas africanas foram trazidas através do tráfico negreiro que se iniciou em 1502, sendo extinto

---

<sup>6</sup> Cf. GONZÁLEZ, Lélia. A categoria político cultural brasileira. In: Silva, L.A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, 1983.

<sup>7</sup> Cf. NASCIMENTO (2019) *Racismo Linguístico*.

<sup>8</sup> Cf. PETTER, Margarida; CUNHA, Ana Stela. Línguas Africanas no Brasil. In: PETTER, M. (Org.). *Introdução à Linguística Africana*. São Paulo: Contexto, 2015.

<sup>9</sup> Cf. BONVINI, Emile. “Línguas africanas e português falado no Brasil”. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Orgs.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.

em 1860. No decorrer desses 358 anos, cerca de 3.500 africanos vieram em 4 grandes ciclos de importação, quais sejam:

1. Ciclo da Guiné (Século XVI): trouxe escravos sudaneses, originários da África situada ao norte do Equador;
2. Ciclo do Congo e de Angola (Século XVII): trouxe os negros bantos;
3. Ciclo da Costa de Mina (Século XVIII): trouxe novamente os escravos sudaneses;
4. Século XIX e o tráfico ilegal de escravos: trouxe africanos de todas as regiões com uma predominância de negros provenientes de Angola e Moçambique, os negros bantos.

A existência desses ciclos está associada a razões financeiras, o que ratifica a importância do papel do negro escravo para o começo da história econômica brasileira como já dizia Abdias do Nascimento “Sem o escravo a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia”<sup>10</sup>

Esse fato talvez sustente a crença limitante de que o negro só trouxe consigo sua força muscular. Porém, precisamos ir além. Levando-se em conta os limites geográficos, visto que os europeus apenas visitavam a costa, o número real de línguas africanas trazidas pelo tráfico é significativo e se repartem em duas áreas de proveniência:<sup>11</sup>

1. Área Oeste Africana: refere-se a línguas do tronco nigero-congolês, 1 língua afroasiática (hauçá) e 1 nilossaariana (canúri);
2. Área austral: limitada a Costa Oeste (atuais República do Congo, República Democrática do Congo e Angola), mais tarde se estendeu para Moçambique. É representada pelas línguas do subgrupo banto do tronco nigero-congolês, família linguística<sup>3</sup> benuê-congolesa. São centenas de línguas que vão do sudoeste da Nigéria e do Chade até a ponta sul da África. Foi menor o número de línguas que vieram dessa região, porém foram faladas pelo maior número de cativos.

As informações supracitadas mostram que havia uma composição étnica coesa em relação aos ciclos de importação e às duas áreas de proveniência dos escravos africanos, que se reflete, desse modo, nas características linguísticas, pois, embora eles possuíssem diferentes línguas, elas eram bastante próximas considerando o seu tronco linguístico, o nigero-congolês.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Cf. NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo Linguístico*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

<sup>11</sup> PETTER, Margarida; CUNHA, Ana Stela. “Línguas Africanas no Brasil”. In: PETTER, M. (Org.). *Introdução à Linguística Africana*. São Paulo: Contexto, 2015.

<sup>12</sup> SILVA, Amanda dos Reis. Português brasileiro, línguas africanas e história: reflexões. *Revista Investigações*. Vol. 27, n 2, 2014.

Desse modo, o caminho percorrido pelas línguas africanas neste país possibilitou condições para o estabelecimento de aspectos discursivos, sintáticos, morfológicos e fonéticos-fonológicos retratados pela língua atual. Condições que devem ser consideradas na hora de se observar os fatos linguísticos. Para um olhar eurocêntrico, línguas africanas são *línguas malditas*<sup>4</sup> e as influências deixadas por essas línguas na formação do PB são invisibilizadas por estudiosos. Alkimin já havia criticado:

Há um silêncio sobre a história linguística de negros e escravos brasileiros que causa certa perplexidade. Como interpretar a ausência de registro histórico? Devemos ver nessa atitude, absoluto desinteresse pela questão ditada pelo preconceito em relação às línguas africanas e aos usuários da língua portuguesa.<sup>13</sup>

Sobre a informação supracitada, Amanda Silva<sup>14</sup> nos diz que “se o homem africano era coisificado na sociedade colonial escravagista, as suas línguas então eram relegadas a uma posição secundária no contexto brasileiro em face das línguas gerais de base indígena e do português”. Entretanto, hoje, existem estudiosos que perceberam a influência das línguas africanas, identificando-as por meio de alterações fonéticas, isto é, mudanças associadas à forma de falar em comparação com a norma culta padrão. Analisemo-nos agora com base na classificação de Mendonça:

1. Vocalização: refere-se a mudança do fonema “lh” para semivogal “y”. Percebemos em palavras como *muyé* e *foya*;
2. Assimilação: refere-se a mudança do fonema “j” para “z”. Ocorre quando o indivíduo fala *ZeZús* em vez de Jesus;
3. Dissimilação: ocorre quando se diz *nego* em vez de *negro* ou *alegue* para *alegre*;
4. Aférese: quando dizemos *tá* em vez de *está*, *ocê* em vez de *você* ou *cabá* em vez de *acabar*;
5. Apócope: refere-se ao desaparecimento do “l” ou “r” no final das palavras como acontece em: *generá*, *esquecê*, *mé*;
6. Monontogação: refere-se a redução dos ditongos à uma única vogal como acontece em: *pêxe*, *bêjo*, *chêro*, *côve*;
7. Rotacismo: refere-se a mudança do fonema “l” para o “r” como acontece em *probrema*.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> Cf. ALKMIN, Tânia. Os escravos e a língua: em busca de bases históricas para uma reflexão. In: RAMOS, J.M; ALKMIN, M.A (Org.). *Para a história do Português Brasileiro*. Volume V: estudos sobre mudança linguística e história social. Belo Horizonte: EDUFMG, 2007. p.465-483.

<sup>14</sup> Cf. SILVA, Amanda dos Reis. Português brasileiro, línguas africanas e história: reflexões. *Revista Investigações*. Vol. 27, n 2, 2014.

<sup>15</sup> MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Apresentação de Alberto da Costa e Silva, prefácio de Yeda Pessoa de Castro. Brasília: FUNAG, 2012.

Como podemos perceber, “os negros influenciaram sensivelmente a nossa língua popular”.<sup>16</sup> Considerando todo o histórico racista e toda trajetória vivenciada pelos escravos africanos, não é de se estranhar que essa maneira de falar caracterize a fala de pessoas com baixo poder aquisitivo, visto que raça e classe caminham de mãos dadas. Sobre esta relação raça e classe, Abdias do Nascimento nos disse que “A maliciosa artificialidade do argumento, apresentando a estratificação social como oposta à racial, não resiste a mais superficial análise, já que era a raça que de fato determinava a posição social. Os africanos (negros), e não os europeus (brancos), é que foram escravizados; este é o fato histórico que conta”<sup>17</sup>

O escravo africano se manteve em solo brasileiro sem acesso a direitos básicos como a educação, por isso o seu modo de falar se aproxima de pessoas não alfabetizadas e de classes mais baixas. Contudo, jamais podemos reproduzir comentários racistas sobre este modo de falar que, na verdade, representa uma diversidade da língua por muito tempo negada e reforçada por mitos como o da unidade linguística. Essa variedade provém das diferenças regionais, mas também de uma desigualdade social que promove um abismo linguístico entre os falantes das variedades não-padrão do PB, os chamados sem-língua, e os falantes de uma norma culta ensinada nas escolas.<sup>18</sup> Com isso, é possível inferir a presença de um racismo no âmbito linguístico e, por consequência, a marginalização de todas as heranças e sobrevivências culturais africanas. Lélia Gonzalez (1983) revolucionou o entendimento acerca do preconceito linguístico ao criar o termo pretoguês, que seria a marca da africanização do português falado no Brasil.

Para Fanon, falar é assumir uma cultura e suportar o peso de uma civilização. Diante disso, o negro tem duas dimensões, uma com seu semelhante e outra com o branco. Ao adotar uma nova língua, o sujeito faz uso de uma máscara branca e realiza o sepultamento de sua cultura. Em seu livro, *Pele negra, Máscaras brancas*, ao trazer o exemplo do negro antilhano, ele afirma que o mesmo será tanto mais branco se adotar a língua francesa.<sup>19</sup>

O branqueamento é uma política de massacre cultural, onde o negro a enxerga como lugar de atuação e atua sobre ela.<sup>20</sup> Porém, ele atua de forma ilusória, pois em nada lhe beneficia esta tentativa. Acredito que este feito seja em vão, pois falar francês ou, no caso do Brasil, utilizar a norma culta padrão, não garante a ocupação de espaços de qualquer natureza. Muito pelo contrário, inúmeras barreiras são criadas para aprisionar pessoas negras em uma condição de submissão ao branco. Não é coincidência que as leis constitucionais sejam escritas em uma língua padrão inacessível à maioria da população,

---

<sup>16</sup> *Idem.*

<sup>17</sup> NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

<sup>18</sup> Cf. BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: edições Loyola, 1999.

<sup>19</sup> Cf. FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

<sup>20</sup> Cf. NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo Linguístico*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

a população negra que é excluída de todos os espaços possíveis em função de um sistema racista que usa a língua enquanto instrumento de poder e dominação. Não é coincidência o sistema educacional ultrajar o falar de seus estudantes negros, comprometendo o desenvolvimento pessoal e acadêmico deles. Não é coincidência que esses ambientes produzam e reproduzam prisões culturais e reforcem as prisões físicas. Não é coincidência uma academia eurocêntrica que deslegitima a negritude e todo o seu passado ancestral. Não é coincidência que haja mais pretos encarcerados do que pretos estudados. Não se enganem. Nada há acasos na história.

O próprio conceito de raça, construído socialmente, foi imposto pelos colonizadores. O conceito de negro foi elaborado como mais uma forma de dominação. Mbembe nos diz que “o negro não existe, no entanto, enquanto tal. Produzir o negro é produzir um vínculo social de submissão e um corpo de exploração”, por isso, que jamais podemos considerar uma língua neutra. Ela carrega consigo ideologias expressas na sociedade, como o ser negro associado diretamente a algo ruim.

A raça é imposta por meio de discursos quando corpos negros são racializados, gerando dores e mágoas, pois aniquila as originalidades locais dos povos colonizados e determina a gramática normativa como via de regra para sua ascensão social, sendo a universidade um local que lhe possibilita este passe. Contudo, embora a linguagem acadêmica seja considerada como a única correta, ela não traduz o pensamento de todos os povos, servindo apenas como código de escrita e leitura para um público restrito. Portanto, ao analisar o PB e as influências africanas sobre a sua formação, inferimos que “o racismo se desdobra através da linguagem e a linguagem é desdobrada através do racismo, visto que o colonialismo não se deu fora, mas dentro dos sistemas linguísticos”.<sup>21</sup> Por isso conseguimos afirmar que a língua tem cor sim, pois as línguas possuem sujeitos que as representam e que estão por trás delas, logo, ao serem politizadas passam a ter cor, operando como espaços de poder, mas também como espaços de luta e resistência às tentativas de genocídio do povo negro que se expandem, como já dito, para além da morte física.

---

<sup>21</sup> *Idem.*